



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social.

Sub-eixo: Infância.

## O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO: HISTÓRICO, DETERMINAÇÕES E ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E DIMENSÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA O SEU ENFRENTAMENTO

SORAYA FERREIRA DA SILVA<sup>1</sup>  
LUCIANE CECÍLIA DE CARVALHO TEIXEIRA<sup>2</sup>  
LAYSE INÊS MONTEIRO MACIEL<sup>3</sup>  
MARCIA REJANE DE CARVALHO FEIO<sup>4</sup>  
ANA LÚCIA MORAES DA SILVA<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo de discutir sobre o trabalho infantil doméstico numa perspectiva de totalidade, no qual se privilegia estudar não somente o fenômeno de forma fragmentada, mas em toda a sua história e determinações, possibilitando o enfrentamento eficiente do fenômeno. Para que essa pesquisa empírica se tornasse possível, se utilizou como método o materialismo histórico e dialético em Marx. Portanto, primeiramente se fará uma localização histórica do trabalho infantil doméstico; após isso, se tratará sobre as suas determinações, interpretação do assistente social e políticas governamentais para o enfrentamento dessa expressão da “questão social”, seguida das considerações finais e referências bibliográficas.

**Palavras-chave:** Crianças e Adolescentes; Trabalho Infantil; Histórico; Determinações.

**Abstract:** The present work aims to discuss domestic child labor in a perspective of totality, in which it is privileged to study not only the phenomenon in a fragmented way, but throughout its history and determinations, making possible the effective confrontation of the phenomenon. For this empirical research to become possible, historical and dialectical materialism in Marx was used as method. Therefore, a historical location of domestic child labor will be made first; after that, it will be about its determinations, interpretation of the social worker and governmental policies to confront this expression of the "social question", followed by the final considerations and bibliographical references.

**Keywords:** Children and Adolescents; Child labor; Historic; Determinations.

### 1. INTRODUÇÃO.

Sabe-se que o trabalho infantil doméstico não é um fenômeno recente, está presente na sociedade desde os períodos mais remotos da

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <soraya.ufpa@gmail.com>

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará.

<sup>5</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará.

sociedade, podendo ser localizado historicamente em sociedades indígenas, sendo intensificado no período da escravidão e principalmente na sociedade capitalista.

Na contemporaneidade, nota-se que esta modalidade de trabalho ainda se faz bem presente, visto que, segundo dados do PNAD (2017), 1,8 milhões de crianças estão inseridas no contexto de trabalho infantil, sendo que 50,2% dessas crianças estão exercendo cuidado de pessoas e afazeres domésticos. Assim sendo, entende-se que existem múltiplas determinações que fazem com que esses sujeitos vivenciem o trabalho infantil doméstico.

Dessa forma, este trabalho possui o objetivo de apreender o fenômeno do trabalho infantil a partir do materialismo histórico e dialético em Marx, o qual propõe fazer um estudo de totalidade para que se possa fazer sínteses e promover transformações sociais. Logo, os objetivos específicos são: apreender o trabalho infantil a partir de uma perspectiva histórica do fenômeno; apreender as múltiplas determinações do fenômeno para que se possa fazer a síntese do objeto estudado; e apreender o trabalho do profissional de Serviço Social, entendendo como se dá o seu papel no enfrentamento dessa expressão da “questão social”, a qual se dá de uma forma preocupante no contexto social atual.

Para que esta pesquisa fosse possível, primeiramente se fez uma pesquisa bibliográfica em 5 revistas eletrônicas – sendo estas: *Katálises*, *Serviço Social & Sociedade*, *Argumentum*, *Textos & Contextos*, *Revista de Políticas Públicas* - e no banco de dissertações e teses da CAPES, no qual se buscou selecionar artigos científicos, teses e dissertações sobre a temática dos últimos 5 anos. Após isso, foi elaborado um roteiro de entrevista, o qual foi direcionado a um assistente social especialista na temática, afim de buscar qual a sua interpretação sobre o fenômeno estudado. O critério de escolha dessas revistas foi por conveniência, visto que possuem produções científicas com temáticas que estão extremamente ligadas com o Serviço Social.

Portanto, a estrutura do trabalho se dará da seguinte forma: primeiramente se fará uma explicação sucinta do que seja o Método em Marx, buscando-se fundamentação teóricas de autores referência do campo de Serviço Social; em segundo lugar se fará um breve histórico do trabalho infantil domésticos, localizando o mesmo historicamente para proporcionar um melhor entendimento ao leitor; em terceiro lugar se fará uma abordagem de três determinações histórica para o trabalho infantil doméstico, sendo estes a questão de gênero, etnia e pobreza; finalmente, se fará um destaque sobre a interpretação de um assistente social, o qual foi entrevistado, afim de que as informações coletadas dessa entrevista viessem compor o trabalho, além de, no mesmo tópico se fazer uma breve abordagem sobre a política governamental e a proposta de intervenção feita pelo grupo para o enfrentamento do trabalho infantil doméstico, seguida das considerações finais, o qual se abordará sobre a relação do estudo com a racionalidade teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa do serviço social.

## **2. O MÉTODO DIALÉTICO EM MARX.**

Sabe-se que existem vários tipos de conhecimentos, os quais possuem o objetivo de explicar os fenômenos existentes. Dentre eles, existe o conhecimento científico, o qual, segundo Gil (1989) afirma que este visa alcançar a veracidade de um fato. Logo, para que um determinado conhecimento se torne científico, deve-se utilizar um método, a fim de se aproximar do mesmo. Diante disso, Gil (1989) definiu método como “[...] caminho para se chegar a determinado fim” e “[...] o conjunto de procedimentos intelectuais para se chegar a determinado fim.”

Assim sendo, Netto (2011) faz uma argumentação sobre a complexidade que há na construção de um método de pesquisa, tanto que alguns clássicos das ciências sociais, como Durkheim e Weber se ocuparam, em partes de sua vida, para determinar um método de pesquisa. É importante ressaltar que estes clássicos possuíam uma raiz positivista. Contudo, Karl Marx, a partir de todos

os seus estudos e vivências no momento de ascensão do modo de produção capitalista, procurava trilhar um caminho revolucionário que negava a hegemonia da ordem burguesa e foi neste sentido que a sua teoria foi sendo construída.

Na construção do materialismo histórico e dialético, Marx partiu do pensamento de Hegel, o qual entrou em contato a partir de sua entrada na Universidade de Berlim em 1831, se convertendo então ao hegelianismo de esquerda (KONDER, 1999). Contudo, Marx entrou em conflito com a teoria formulada por Hegel, pois o mesmo acreditava que se deveria entender a sociedade primeiro pelo pensamento para então chegar à realidade. Marx considerava que esse pensamento deveria ser entendido de baixo para cima. A partir de então tomou como base o materialismo de Feuerbach e o idealismo de Hegel, abstraiu suas ideias, criticou-os, superou-os e então se formulou a teoria social em Marx, no qual, primeiramente se utilizou criticamente de todo o conhecimento existente para apreender o seu objeto (sociedade burguesa), afim de descobrir a sua estrutura e dinâmica (NETTO, 2011).

Netto (2011) evidencia que o objeto de Marx era a ordem burguesa, e o seu objetivo era a apreensão da sua dinâmica e estrutura. Logo, se utilizou de todo o conhecimento já existente sobre o seu objeto para apreende-lo em sua totalidade. A partir disso, expôs que a teoria não é somente a descrição detalhada de um objeto, mas é o conhecimento desse objeto, da sua essência verdadeira, que será apenas projetada ao pensamento – “ao cérebro do pesquisador” - e ser explicada da forma que ele existe, mesmo que isso vá de acordo ou não com os desejos do pesquisador. O seu objetivo deve estar além da aparência - do que está exposto de imediato – para alcançar a sua essência – aquilo que está oculto à visão imediata do sujeito. Para que isso ocorra, Marx evidencia que o sujeito precisa mobilizar o máximo de conhecimentos possíveis de seu objeto, criticá-los e revisá-los.

Em relação às concepções teórico-metodológicas de Marx e Engels, Netto (2011) apresenta que as suas análises partem do real e não do pensamento, que o pensamento é só uma transposição do real no cérebro do sujeito, onde a vida determina a consciência e não o contrário. Portanto, o

caminho feito por Marx par a apreensão da realidade foi a abstração do concreto real, o qual se mostram aparentes, onde deve-se ir além dessa aparência e analisar as determinações feitas a cerca desse objeto, chegando à síntese das múltiplas determinações do mesmo, ou como chamado por Marx, chega-se ao concreto pensado.

### **3. HISTÓRICO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO.**

Compreender o fenômeno do trabalho infantil doméstico, envolve, primeiramente, situar o fenômeno num determinado momento histórico, considerando que “toda historiografia tem que partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação do homem no curso da história” (Fernandes, 1989, p. 187). Os autores destacam que a história é feita pelos homens os mesmos a constroem, e apontam sua importância na sociedade.

Lira (2016) afirma que a infância enquanto objeto de estudo é algo muito recente, pois em períodos anteriores ao século XVII as crianças eram consideradas como “adultos em miniatura”, no qual não se havia a preocupação de a não inserção delas nas atividades realizadas pelos adultos, muito menos existiam discursos de proteção desses sujeitos. Portanto, não se consideravam que estes sujeitos possuíam particularidades, sendo elas físicas ou mentais. Nesse sentido, a criança camponesa era facilmente vista como mão de obra, onde toda uma classe era explorada o qual apenas as crianças da nobreza tinham acesso à educação. Partindo desse pressuposto e tendo em vista o modelo de sociedade vigente, de acordo com Thompson (2012 apud Somalo, 2017),

[...] a criança era uma parte intrínseca da economia industrial e agrícola antes de 1780”, sendo a forma predominante desse trabalho a “doméstica ou a praticada no seio da economia familiar, possibilitando aumentar os rendimentos das famílias naquelas atividades onde podiam ser ocupadas. Nesse sistema de produção, as crianças podiam estar expostas a grandes esforços, durante jornadas longas e em tarefas que podiam ser excessivas para sua idade, porém, ainda assim, contavam com o que o autor chama de “compensações do lar”: o trabalho era realizado sob o cuidado dos pais e para a própria família, e a introdução ao trabalho era gradual e, na maioria das vezes, segundo as idades e as capacidades das crianças [...] mantendo-se tempo livre para a recreação, os jogos e as

brincadeiras que o sistema fabril acabaria tirando delas posteriormente.

Portanto, Del Priore (2008 apud Lira, 2013) afirma que antes do estabelecimento da colonização do trabalho infantil, este já existia nas sociedades indígenas, mas segundo ele, não se utilizava deste de forma a degradar física e psicologicamente a criança ou o adolescente, mas sim para educa-los, no qual, era comum meninas realizarem trabalhos domésticos e meninos serem inseridos em trabalhos fora do ambiente da casa.

Del Priore (2008 apud Lira, 2016) afirma que a partir do estabelecimento do regime escravocrata, se utilizou em demasia do trabalho infantil doméstico feito por crianças até 12 anos. Após tal idade eram incorporadas em serviços mais pesados. É importante ressaltar que essas atividades eram exercidas por crianças órfãs e pobres, ou seja, mais uma vez fica evidente qual era o lugar desses sujeitos dentro da sociedade.

Lira (2016) afirma que a história mostra que o trabalho infantil doméstico está ligado ao surgimento do capitalismo, ou seja, segundo a autora, “quando se tem a separação da esfera produtiva e da reprodutiva e a conformação da sociedade salarial, e a família aparece como o *lócus* privilegiado da reprodução dos indivíduos, ou seja, da força de trabalho a ser disponibilizada para a produção capitalista”. Neste caso, a revolução industrial foi um marco na sociedade, onde se consolida o modo de produção capitalista e em contrapartida o surgimento da “questão social”, na qual mulheres e crianças foram exploradas no chão de fabricas, esta se dando como uma das várias expressões dessa questão.

Logo, é importante entender quais sujeitos eram alvos do trabalho infantil doméstico, visto que, o fato de a sociedade ser dividida em classes, onde uma possui uma série de privilégios em detrimento da outra, a situação futura de crianças e adolescentes eram determinadas desde o seu nascimento. Sobre isso, Lira (2016) afirma que,

As diferenças impunham desde cedo diferentes formas de tratamento à infância, sua evidência se fazia perceber na relação com o trabalho. Caberia somente às crianças bem nascidas, o privilégio de se manter

distantes do trabalho. Para as crianças nativas, o trabalho era uma prática comum que visava à socialização, às crianças recrutadas por Portugal coube o trabalho árduo realizado nas embarcações quinhentistas, como o trabalho desenvolvido pelos pajens e grumetes, e, à criança negra, era imposto o trabalho extenuante e cruel. Se a infância da criança negra era marcada pelo trabalho árduo, a infância da criança branca era marcada pelo aprendizado do latim e de boas maneiras nos Colégios religiosos, buscava-se assim prepará-las para o ingresso no mundo adulto. A infância era vivenciada de modo diferente de acordo com a situação econômica da criança.

Evidencia-se, então, como era diferente e desigual a vivência de crianças e adolescentes, sendo a classe em que nasciam o determinante para toda a sua vida e relações que estabeleciam na sociedade, pois, enquanto a criança burguesa desfrutava de uma série de privilégios, a criança concebida na classe pobre era destinada ao trabalho árduo, sem nenhuma chance de desenvolver suas potencialidades enquanto ser humano.

Diante disso o trabalho infantil no Brasil surge em meio a colonização brasileira em que a utilização da mão de obra de crianças e adolescentes era frequente, os filhos de escravos que serviam os senhores cumprindo tarefas que não condiziam com seu desenvolvimento físico e mental dentro dos grandes casarões coloniais conforme Souza (2004 apud Lira, 2016) mostram que

[...] a origem da exploração do trabalho infantil no Brasil está no processo de colonização. A Colonização junto com outros males trouxe a exploração do trabalho de crianças e adolescentes nos afazeres domésticos. Aponta ainda, que na contemporaneidade uma das maiores dificuldades de combatê-lo é o preceito constitucional de inviolabilidade do lar, sendo este o maior obstáculo: a dificuldade de fiscalização.

Dessa maneira as crianças que realizavam as atividades domésticas eram submetidas a um nível alto de desgaste físico e ficavam vulneráveis a qualquer tipo de violência, pois, quando a violência acontece em casa num âmbito mais familiar impõe amarras maiores. E importante ter dimensão que o trabalho infantil doméstico tem raízes mais profundas, segundo Andrade (2010 apud Lira 2016)

[...] na Idade Média as crianças não tinham uma função social, se faziam parte da classe que realizava o trabalho, logo que cresciam

eram inseridas no trabalho, se faziam parte da nobreza logo eram entregues aos seus educadores. Não havia uma diferenciação entre adultos e crianças, não havia o reconhecimento da condição infantil.

O trabalho infantil doméstico, segundo Tavares (2002b) ainda se dá de forma oculta dentro da sociedade, pois, com o princípio da inviolabilidade do lar, ainda se faz quase impossível que essa modalidade de trabalho infantil seja fiscalizada, pelo simples fato de ocorrer dentro do âmbito do lar.

#### **4. AS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO.**

No decorrer do método em Marx, este pede que para que se tenha uma apreensão de totalidade sobre um determinado fenômeno ocorrido na sociedade, deve-se buscar na história as múltiplas determinações que permeiam o objeto (fenômeno) pesquisado, afim de se chegar ao concreto pensado depois de se ter feito abstrações sobre tais determinações e fazer uma síntese para que a partir desta se possa fazer transformações na sociedade. A partir dessa afirmativa, escolheu-se três determinações para explicar o fenômeno do trabalho infantil doméstico, as quais são: questões de gênero, etnia e pobreza. Sobre as determinações do trabalho infantil doméstico, Lira (2016) afirma que,

[...] a exploração do trabalho infantil doméstico, no passado e no presente, imbuído das suas determinações históricas e culturais, configura-se a base material da dominação patriarcal, que tem, como base, a exploração do trabalho das mulheres para a família, posto que a maioria das crianças trabalhadoras domésticas são meninas.

Diante disso, observa-se que a mulher possui um lugar na história, a qual deve ser dominada e subjugada na sociedade, além de ter que se submeter a realização de tarefas inferiores e isso se dá em sua vida desde o seu nascimento. Em relação a isso, Marx observou que em 1961 na Inglaterra, das 150.000 pessoas que se ocupavam da produção de renda, 140.000 eram Mulheres e crianças, as quais trabalhava em condições precárias, além de adquirirem doenças mortais (LIRA, 2016).



Já no século XIX, Lira (2016) afirma que “começa-se a desenvolver a educação industrial voltada para meninos e educação doméstica para as meninas. Tratava-se de um processo de preparação das crianças para ocupar o seu lugar na sociedade”, ou seja, desde esse período, já poderia se observar a divisão sexual do trabalho, onde os meninos eram destinados para os trabalhos pesados nas grandes fábricas, enquanto as meninas se ocupavam em exercer o trabalho doméstico.

Melo (1998 apud Silva, 2009) afirma que o fato de existir a predominância do gênero feminino no trabalho infantil doméstico é sustentado pela interpretação de que isto é “responsabilidade da mulher”, portanto inerente ao gênero feminino. Portanto, a partir dos argumentos construídos, nota-se que há um recorte de gênero no que diz respeito ao trabalho infantil doméstico, pois pode-se localizar na história que o papel da mulher dentro, não só da sociedade capitalista, mas sobretudo nesta, sempre foi o estar dentro do espaço doméstico e exercer funções que condizem com o mesmo. Logo, tal ideal serve como legitimação para que crianças, meninas mais especificamente, sejam inseridas nesse tipo de trabalho, o qual é degradante, além de restringir as possibilidades que a mesma possa ter em sua vida.

Em relação a etnia, segundo informações do PNAD 2016, de 1,8 milhões de crianças que estão inseridas no trabalho infantil, 64.1% são pretas ou pardas. Isto se dá, principalmente pela herança histórica de exploração dos negros e índios, exploração esta que durou quase dez séculos.

O fato de existir a predominância de crianças negras ou pardas inseridas no trabalho infantil doméstico se dá, segundo Silva (2009) pelo fato de que este fenômeno possui base na herança escravista brasileira, a qual as atividades de menor importância eram destinadas aos negros. Este argumento se valida, pois no século XIX, era comum as famílias possuírem escravas domésticas, as quais deveriam ajudar as senhoras de famílias nobres, sendo este comportamento perpetuado até a contemporaneidade, apesar de se mostrar em novo formato, mas parte da mesma essência.

Com referência a pobreza, Silva (2009) afirma que,

[...] as condições socioeconômicas das famílias, as dificuldades de garantir o sustento de todos os filhos e a crença na possibilidade de superação da situação de pobreza através do trabalho, funcionam como um dos principais determinantes que favorecem a saída de crianças e adolescentes dos seus lares para que sejam criados por padrinhos madrinhas, terceiros, pessoas interessadas em ofertar possibilidades de “melhores condições de vida”.

Ou seja, muitas vezes, a criança ou adolescente é retirado de seu local de convivência, que seria a família, para ir para a casa de outras pessoas, afim de sair da sua vida de pobreza e conseguir condições de vida melhor para si e para a sua família. Além disso, ainda existe o “mito da ajuda” que segundo Silva (2013), se dá quando uma pessoa afirma a uma família que se levar a sua filha, ou em raríssimos casos o filho, para a sua casa, o (a) mesmo (a) irá estudar e ter melhores oportunidades do que estando em seu lugar de origem. Porém, tal argumento se desfaz no momento que a criança ou adolescente chega à casa do indivíduo que lhe aliciou, pois, será inserido, de forma sutil, aos trabalhos domésticos, sem que possua oportunidades diferente do seu local de origem.

À vista disso, Silva (2009) afirma que esta situação gera a existência de um “ciclo de pobreza”, pois ao invés do sujeito infante ter acesso a uma vida melhor, se inserido ao trabalho infantil doméstico, não poderá ter uma aprendizagem ou adentrar em relações que proporcionem uma melhor qualidade de vida a este sujeito, fazendo com que a pobreza se perpetue e ultrapasse gerações.

Destarte, apesar de as três principais determinações do trabalho infantil doméstico terem sido, de certa forma, fragmentadas neste trabalho, sabe-se que na dinamicidade da realidade concreta, estes fatores se dão em uma unidade, no qual, a criança ou adolescente que está inserida no trabalho infantil doméstico, pode ser negra, pobre e menina ao mesmo tempo. A explicação dessas determinações separadamente, se deu somente por fins didáticos, para que o leitor possa entender em profundidade cada fator que determina o fenômeno do trabalho infantil doméstico.

## **5. A PERCEPÇÃO DE UM ASSISTENTE SOCIAL SOBRE O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO.**

Ao pensar sobre esse fenômeno que é o Trabalho Infantil Doméstico (TID), busca-se refletir sobre as diversas consequências sociais expressas na profunda desigualdade que empurrava crianças para o trabalho (LAMARÃO, 2008). Esta é considerada uma das piores formas de violação de direitos contra crianças e adolescentes, pois trata-se de retirar a criança do seu grupo familiar para se deslocar para um lugar totalmente desconhecido, onde, muitas vezes é de extrema distância do local de origem.

Durante a construção do trabalho, mais especificamente no mês de junho do ano de 2018, realizou-se uma entrevista com um assistente social especialista na temática e coordena um programa que discute a infância e adolescência e todas as violências que podem perpassar o seu cotidiano, inclusive o trabalho infantil doméstico, no qual se perguntou a sua interpretação em relação ao trabalho infantil doméstico. Segundo ele,

[...] o trabalho infantil doméstico é um fenômeno que mais expõe, uma das piores formas de trabalho infantil [...] porque a criança que é deslocada do ambiente de casa, do seu ambiente protetivo primário, e fica na casa de outras pessoas para poder se sujeitar a condição de trabalhadora [...] ela fica submetida psicológica, material, fisicamente, ou seja, ela fica totalmente subordinada aos interesses daquela outra pessoa, se a pessoa quiser bater nela, vai bater, ela não tem que se proteger, se ela quiser abusar, ela vai abusar, por isso que o trabalho infantil doméstico, ele muitas vezes vem associado a outras formas de violência: violência psicológica e violência física, violência sexual etc.

Portanto, percebe-se que a criança ou adolescente submetido a esta modalidade de trabalho sofre uma série de violências, pois, o fato de serem deslocados do âmbito do lar, onde já podem sofrer uma série de mazelas, principalmente as ocasionadas pela pobreza, além de enfrentar todos esses fatores, quando sai do seio familiar, está exposta a outras incontáveis violências, principalmente quando estes sujeitos são recrutados para trabalhar na casa de familiares distantes.

## **6. POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO.**

A luta contra o trabalho infantil é constante, e por conta disso como política governamental surgiu primeiramente o projeto “PAI”. Sua atuação busca a articulação com as famílias, haja vista que sejam elas a atribuir o valor trabalho na infância para contribuir na renda. A partir de tal projeto, pensou-se pelo Governo Federal a criação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), este subsistindo até a contemporaneidade (LOP & PEIXE, 2010-).

O PETI, criado em 1996 tem por objetivo possibilitar o acesso de crianças e adolescentes na escola por meio de incentivos financeiros para as famílias, sem que prejudique seu estado econômico e social já fragmentado. O projeto focaliza famílias em situação de vulnerabilidade, baixa renda, muito afetadas pela desigualdade e/ou exclusão social. Para ir de encontro a isso o PETI estimulou a formulação e promoção de conhecimentos, para que haja por parte deles e dos seus familiares devidas mudanças, nos hábitos e atitudes principalmente no que diz respeito à oferta de programas e projetos de geração de trabalho e renda, oferecendo formação e qualificação profissional de adultos, assessoria técnica e crédito popular.

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2015), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tem como articulação a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos do ato precoce do trabalho (com exceção do jovem aprendiz, com idade mínima de 14 anos). O programa se articula por cinco eixos: informação e mobilização, com realização de campanhas e audiências públicas; busca ativa e registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; transferência de renda, inserção das crianças, adolescentes e suas famílias em serviços socioassistenciais; reforço das ações de fiscalização, acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas, articuladas com Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares; e monitoramento.

Sobre outras formas de proteção à crianças e adolescentes, o doutor Carlos Maciel explica que,

O profissional [...] tem que investigar quais são os fatores que estão conduzindo a situação de violação dos direitos daquela criança, caracterizando essa situação, ele tem que buscar os meios pelos quais aquela criança vai ter seus direitos recuperados do ponto de vista enquanto sujeito de direitos e então, por exemplo, se ela está vivendo uma situação de trabalho infantil doméstico, isso precisa ser investigado, se recebeu uma denúncia ele vai ter que ir naquela casa que está ali aquela criança que vai ter que averiguar, primeiro existe uma criança lá que tá sobre, entre aspas, a guarda, porque na maioria das vezes não tem guarda, não tem nenhuma determinação judicial que estabeleça essa guarda, simplesmente alguém que foi e trouxe do interior geralmente então, ele tem que verificar a situação da condição, vamos dizer, institucional da condição jurídica pela qual aquela criança tá, se não tem isso, aí ele tem que denunciar isso enquanto profissional, ele tem que fazer um contato, com o ministério público, ele tem que fazer um contato, porque o assistente social, não pode chegar lá e tirar a criança da casa, ele certamente tem que acionar conselho tutelar se for uma situação de emergência por o conselho tutelar, inclusive, vai ter acesso ao juiz muito mais rapidamente do que ele, mais o conselho tutelar, o ministério público, defesa dos direitos da criança e do adolescente são essenciais pra poder tá recuperando os direitos dessas em alguns casos existem situações da criança tá lá e não ter contato com a família de origem porque nem a família de origem sabe onde ela tá porque não foi dado endereço pra ela, então a criança corta laços totalmente, então o objetivo de atuar via conselho tutelar, via ministério público pra que essa criança possa recuperar os vínculos com o grupo primário de proteção que é a família dela, então ele tem que tá com foco nisso e claro, vamos supor que nessa visita ele identifica que a criança tá sendo violada, a criança tá com marcas de espancamento, nesse contato em particular a atuação imediata com o conselho tutelar pra poder ter uma ação direta com o juizado da infância e adolescência pra poder tirar essa criança daquela condição, o assistente social não pode ir lá retirar, ele não pode fazer isso, ele não tem poder de estado pra isso, ele tem poder de estado pra outras coisas, mas pra isso ele não pode fazer, então ele vai ter que buscar as constituições, mas isso ele tem que fazer muito rapidamente, o conselho tutelar pode ser um parceiro nesse processo.

Portanto, sugere-se é que haja a potencialização do programa PETI, mas não de forma fragmentária, ou seja, a qual vise somente a educação desses indivíduos, mas que se tenha uma perspectiva de totalidade, no qual se inclua melhores condições de moradia, trabalho, de desmarginalização das comunidades periféricas, e, principalmente, que os pais e mães dessas crianças e adolescentes sejam sujeitos ativos nesse processo, que sejam incentivados de fato a participarem das qualificações profissionais que o próprio programa propõe, além de garantir um processo de formação de qualidade para os sujeitos infantes.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante de todo o exposto no trabalho, é possível afirmar que é imprescindível que se haja um estudo na perspectiva de totalidade para se apreender o fenômeno do trabalho infantil doméstico, visto que este não está descolado da história e sim pode ser localizado dentro do tempo e espaço histórico a partir do momento em que se faz pesquisas aprofundadas sobre a temática.

A partir da pesquisa bibliográfica feita nas revistas e banco de dissertações e teses da capes, pôde-se localizar que, apesar do fenômeno do trabalho infantil ainda ser muito presente na sociedade, há pouquíssimas discussões atuais sobre a temática, pois, em todas as revistas pesquisadas só se acharam os seguintes títulos: O Trabalho Infantil Doméstico nas Economias Periféricas Dependentes: particularidades no Brasil, na revista *Argumentum*; e O Sentido do Trabalho Infantil Doméstico : particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes, no banco de dissertações e teses da CAPES. Portanto, este trabalho mostra a importância que esse tema deve possuir para profissionais e pesquisadores na área da infância, visto que ainda é um fenômeno extremamente presente na sociedade, apesar de ser pouco discutido seja na academia ou em produção de trabalhos científicos.

Logo, compreender os desafios ligados ao enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico, busca-se a importância do trabalho conjunto entre as redes de proteção, que envolvem o executivo a partir das políticas sociais, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público além daqueles que atuam diretamente ligados ao sistema protetivo, como o Conselho tutelar, bem como a própria sociedade civil. Durante o processo construção da Rede de Proteção Social, as relações devem se pautar pelo profissionalismo, pelas atribuições e competências de cada instituição (PAIR, 2011). Contudo, as relações sempre serão crivadas por relações sociais, portanto, humanas (limites e

possibilidades), e, assim, as formas de fazer precisam estar embasadas por meio das relações institucionais, de acordo com as atribuições inerentes a elas.

Além disso, a partir das determinações, as quais foram expostas no corpo do trabalho, a síntese que se pode fazer sobre elas, sendo a questão de gênero, etnia e pobreza se dá da seguinte forma: geralmente, a criança e adolescente que é submetido ao trabalho infantil doméstico é menina, preta ou parda e pobre, a qual é retirada da sua relação familiar para ir a uma casa completamente estranha ou de algum familiar próximo, com a promessa de mudança de vida no “mito da ajuda” e no momento em que esse sujeitos chegam até a casa do indivíduo que prometeu melhores condições de vida para esta criança ou adolescente, acaba o inserindo em trabalhos domésticos em troca de comida, roupa e moradia, no qual pouquíssimos trabalhadores são inseridos no ambiente escolar, entrando, assim, em um ciclo de pobreza, no quais os seus pais já estão fixados e que atravessam gerações.

A partir da afirmação de Guerra (2008) que o exercício profissional do assistente social [...] consiste em uma totalidade de diversas dimensões”, entende-se por isso que essas dimensões são a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do serviço social, esse profissional, a partir da capacidade de articular estes três elementos, pode sim fazer uma intervenção de cunho emancipatório, no qual busca no caráter teórico-metodológico fundamentações para a sua intervenção; no caráter ético-político busca se posicionar, afim de intervir a favor da classe trabalhadora, a qual é alvo do trabalho infantil doméstico; e do caráter técnico operativo, o qual se relaciona com o *como fazer* ou como intervir nessa situação. É importante ressaltar que estas três dimensões devem se articular de forma intrínseca, afim de que os assistentes sociais possam, de fato, ter uma apreensão de totalidade sobre o fenômeno estudado e intervir de forma coerente dentro dessa expressão da “questão social”.

Durante o fazer profissional, não se trata, simplesmente em seguir a lógica formal do sistema, mas compreender que a existência das redes e outros programas, esses, sendo acionadas devidamente e com tempo proporcional a identificação de tal negligência ou fato possibilita uma maior

efetividade na ação profissional em assegurar e/ou resguardar os direitos inerentes a criança em situação de Trabalho Infantil Doméstico, mais precisamente.

Quanto assistente social, o fazer profissional está voltado diretamente a defesa dos Direitos Humanos inerentes ao ser humano, tendo em vista o projeto de sociedade que se propôs à profissão embasada no Código de Ética do assistente social de 1993. E a isso está ligado o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (CRESS- 7º Região, 2000).

Portanto, o saber fazer do assistente social está para além do seu arcabouço técnico-operativo. Trata-se do exercício dialético que compreende os fundamentos teórico-metodológicos para apreender as múltiplas determinações que perpassam o fenômeno social, estando diretamente ligado a história conjuntural que esse sujeito vive.

## 8. REFERÊNCIAS

Agência IBGE notícias. PNAD Contínua 2016: Brasil tem, pelo menos, 998 mil crianças trabalhando em desacordo com a legislação. Ano: 2017. Disponível em: [agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao](http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao). Acesso em: 05/06/2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/pet>. Acesso em: 10/06/2018.

CRESS. 7ª Região- RJ. Assistente Social: ética e direitos. **Coletânea de Leis e Resoluções**, Rio de Janeiro: Lidador, maio, 200.

FERNANDES, Florestan. **K, Marx F. Engels história**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

GUERRA, Yolanda. A dimensão Técnico-Operativa do Exercício Profissional. In: A DIMENSÃO Técnico-Operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos. Editora: UFJF, 2008, p. 39-68.



KONDER, Leandro. **Marx Vida e Obra**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre. **A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico**: estudo sobre estigma e subalternidade. Dissertação (Mestrado), Belém, 2008.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. **O sentido do trabalho infantil doméstico**: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes. 2016. 243 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Recife, 2016.

LOP, Michela da Rocha; PEIXE, Luana. **Uma Análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Brasil**. São Paulo: Uniedu, [2010-].

ENTREVISTA. 06/2018, 2018.1. Arquivo mp3. 55 min. Entrevista concedida aos estudantes do curso de Serviço Social, para a disciplina de Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social 4 (FHTM4).

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, Carla Cecília Serrão. **Trabalho Infantil Doméstico**: perfil e vivência de meninas trabalhadoras de São Luiz. 2009. 143f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, CSSA, Maranhão, 2009.

SILVA, Carla Cecília Serrão. Trabalho Infantil Doméstico: uma expressão do trabalho infantil. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6. 2013, São Luís. **Anais...** São Luís, 2013.

SOMALO, Carolina Incerti. **Tarefas para não dormir a sesta**: trabalho infantil doméstico na periferia de Montevidéu. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

TAVARES, Maurício Antunes. **Onde está Kelly**: o trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife. Recife, CENDEHEC, 2002b.